

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Wetzel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Wetzel”) é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 11/04/1932 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230002528-3. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.671/0001-94. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 8300 – Distrito Industrial – CEP 89219-600.

A sociedade tem como atividade operacional, a fabricação e comércio de componentes fundidos de metais ferrosos, não ferrosos e plásticos, destinados à transmissão, distribuição, instalação e iluminação de energia elétrica, e a setores industriais diversos, a fabricação e comercialização de componentes para o setor automotivo, fabricação e comercialização de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção, importação e exportação de produtos, direta ou indiretamente, relacionados com a sua atividade industrial, a prestação de serviços de usinagem, pintura e tratamento térmico de peças fundidas, de manutenção, de assistência técnica, administrativa e de assessoria, relacionados com os produtos de sua indústria e de seu comércio e a participação, no país ou no exterior, em outras sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos sociais.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 23 de Março de 2018.

A Wetzel encerrou o 4º trimestre de 2017 com uma posição de caixa consolidado de R\$ 6.157 (sendo que R\$ 193 encontram-se bloqueados devido ao processo de recuperação judicial), elevado endividamento e passivo a descoberto de R\$ 138.377, além de manter indicadores econômico-financeiros adversos.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade normal dos negócios e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o Resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e entre o Patrimônio

Líquido e o Resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. A administração da Wetzel, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Wetzel e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2017	31/12/2016
Foundry Engineers	USA	100,00%	100,00%
Wetzel Univolt Ind.de Plásticos Ltda	Brasil	60,00%	60,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento na sociedade controlada na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes;
- e) Destaque da participação dos não controladores no Patrimônio Líquido e no Resultado.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um

pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional “reais (R\$)” que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico NBC TG 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para “reais” pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações financeiras e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante,

exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

3.7 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para “*impairment*”, se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As propriedades para investimento, formada por terrenos, foram registradas pelo valor justo a partir de 1º de janeiro de 2012.

3.10 Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ITG 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando taxas conforme nota 11, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos ao Erário.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.17 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.18 Reconhecimento da Receita de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a companhia; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.19 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados e intangíveis;

- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia; e
- e) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19/11/09, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos, NBC TG nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17/12/08, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não efetuou operações com derivativos neste exercício.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado. Os financiamentos bancários são tomados com bancos de primeira linha e suas taxas de juros são semelhantes àquelas praticadas no mercado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

. Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

. Risco com Taxa de Juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

. Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ (1.391) e EUR (488), cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

. Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio:

Risco de alta do Dólar:	Consolidado		
	31/12/2017	Com ajuste de 25% no câmbio	Com ajuste de 50% no câmbio
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Ativos			
Clientes no Mercado Externo	552	690	828
Passivos			
Dívida Bancária	5.155	6.443	7.732
Exposição Líquida - R\$ Mil	(4.603)	(5.753)	(6.904)
Exposição Líquida - US\$ Mil	(1.391)	(1.391)	(1.391)
Taxa Dólar	3,3080	4,1350	4,9620

Risco de alta do Euro:	Consolidado		
	31/12/2017	Com ajuste de 25% no câmbio	Com ajuste de 50% no câmbio
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Ativos			
Clientes no Mercado Externo	6	8	9
Passivos			
Dívida Bancária	1.945	2.431	2.917
Exposição Líquida - R\$ Mil	(1.939)	(2.423)	(2.908)
Exposição Líquida - EUR\$ Mil	(488)	(488)	(488)
Taxa EURO	3,9693	4,9616	5,9540

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instruções nºs 475/08 e 550/08.

NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora	31/12/2017	31/12/2016
	Empréstimos e Recebíveis	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes	6.136	8.154
Aplicações Financeiras	868	1.343
Clientes	12.201	11.062
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(103)	(538)
Dep. Judiciais trabalhistas	2.236	2.441
Dep. Judiciais tributários	1.910	1.805
Total	23.248	24.267

Controladora	31/12/2017	31/12/2016
	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros
Passivos Financeiros		
Fornecedores	26.317	24.693
Empréstimos e Financ.	69.601	74.226
Arrend. Financeiros	-	171
Total	95.918	99.089

Consolidado	31/12/2017	31/12/2016
	Empréstimos e Recebíveis	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes	6.157	8.179
Aplicações Financeiras	868	1.343
Clientes	12.201	11.086
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(103)	(538)
Dep. Judiciais trabalhistas e outros	2.236	2.441
Dep. Judiciais tributários	1.910	1.805
Total	23.269	24.316

Consolidado	31/12/2017	31/12/2016
	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros
Passivos Financeiros		
Fornecedores	26.440	24.813
Empréstimos e Financ.	69.601	74.225
Arrend. Financeiros	1.945	2.116
Total	97.986	101.154

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	11	7	11	7
Bancos Conta Movimento	6.125	8.147	6.146	8.172
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.136	8.154	6.157	8.179

NOTA 7 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber de Clientes Interno	11.643	10.388	11.643	10.412
Contas a Receber de Clientes Externo	558	674	558	674
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(103)	(538)	(103)	(538)
Contas a Receber de Clientes	12.098	10.524	12.098	10.548
Adiantamentos a fornecedores	91	441	119	461
Adiantamentos a funcionários	98	362	98	362
Parcela Circulante	12.287	11.327	12.315	11.371
Total a Receber de Clientes	12.098	10.524	12.098	10.548
Total dos Adiantamentos	189	803	217	823
Total Geral	12.287	11.327	12.315	11.371

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aging List Contas a Receber de Clientes				
Vencidos	703	2.334	703	2.334
A vencer 30 dias	7.442	5.632	7.442	5.656
A vencer de 31 a 60 dias	3.201	2.480	3.201	2.480
A vencer de 61 a 90 dias	607	462	607	462
A vencer acima de 91 dias	248	154	248	154
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(103)	(538)	(103)	(538)
Contas a Receber de Clientes	12.098	10.524	12.098	10.548

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	11.540	9.850	11.540	9.874
Dólar Norte-Americano - US\$	552	657	552	657
Euro - EUR	6	17	6	17
Contas a Receber de Clientes	12.098	10.524	12.098	10.548

Em virtude da irrelevância do ajuste a valor presente a ser efetuado em relação ao total do valor a receber de clientes, a Companhia não reconheceu nenhum ajuste nas contas a receber.

NOTA 8 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos Acabados	3.430	3.669	3.430	3.669
Produtos em Elaboração	3.277	3.256	3.277	3.256
Matéria-Prima	2.202	1.599	2.202	1.599
Materiais Consumo Produção	2.242	3.115	2.242	3.115
Revenda	797	663	797	663
Outros Estoques	4.199	2.328	4.199	2.328
(-) Provisão para Perdas	(1.898)	(2.396)	(1.898)	(2.396)
Total dos Estoques	14.249	12.234	14.249	12.234

NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a Recuperar	49	62	62	75
IPI a Recuperar	220	208	220	208
Pis/Cofins a Recuperar	234	215	234	215
IRRF a Compensar	11	27	167	183
ICMS CIAP a Compensar	173	284	173	284
IRPJ a Compensar (nota 17)	-	2	148	149
CSLL a Compensar (nota 17)	-	-	65	53
INSS a Compensar	416	330	416	330
Outros Impostos	17	15	16	16
Total	1.120	1.143	1.501	1.513

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos em Sociedades Controladas	88	91	-	-
Propriedades para Investimento	64.368	63.523	64.368	63.523
Total de Investimentos	64.456	63.614	64.368	63.523

10.1 Investimento em Sociedade Controlada

Nas demonstrações financeiras da Controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo Patrimônio Líquido das investidas, conforme participação nessas empresas:

Controladora Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas do Período	Resultado do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2016									
Foundry Engineers	USA	91	-	91	-	-	100,00%	-	91
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	Brasil	2.584	5.790	(3.206)	66	(288)	60,00%	(173)	-
		2.675	5.790	(3.115)	66	(288)	-	(173)	91
Em 31 de dezembro de 2017									
Foundry Engineers	USA	90	2	88	-	(5)	100,00%	(5)	88
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	Brasil	2.476	5.968	(3.492)	-	(286)	60,00%	(172)	-
		2.566	5.970	(3.404)	-	(291)	-	(176)	88

Inexistem quaisquer avais, garantias, fianças, hipotecas ou penhor concedido em favor das controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

A Companhia deliberou, em 09 de novembro de 2015, sobre a descontinuidade das operações da Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda., já a partir desse mês.

10.2 Propriedade para Investimento

<u>Terrenos</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo Anterior	63.523	54.542	63.523	54.542
Transf.do imobilizado	-	(3.110)	-	(3.110)
Ajuste valor justo	845	12.091	845	12.091
Total	64.368	63.523	64.368	63.523

<u>Localização das Propriedades para Investimentos</u>	<u>Valor</u>
Em 31 de dezembro de 2017	
Araquari	34.470
Barra Velha	314
Joinville	29.584
	64.368

NOTA 11 – IMOBILIZADO

<u>Controladora</u>	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
Taxas médias de depreciação conforme laudo		de 4% a 10%	de 4% a 20%	de 5% a 10%	20%	de 5% a 10%	de 10% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo	12.032	12.311	116.444	4.058	490	24.642	2.002	-	171.978
Depreciação Acumulada	-	(7.297)	(67.221)	(2.586)	(446)	(18.014)	(1.612)	-	(97.176)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(12.202)	(358)	(14)	(364)	(20)	-	(12.958)
Valor contábil líquido	12.032	5.014	37.021	1.114	30	6.264	370	-	61.845
Adições	-	-	444	5	-	-	24	369	842
Baixas	(3.110)	-	(564)	-	-	-	-	-	(3.674)
Depreciação	-	(370)	(2.602)	(126)	(8)	(1.431)	(145)	-	(4.682)
Baixas da Depreciação	-	-	197	-	-	-	-	-	197
Imparidade e Provisão Perda	-	-	631	127	3	148	5	-	915
Saldo Final	8.922	4.644	35.127	1.120	26	4.981	254	369	55.443
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	8.922	12.311	116.324	4.063	490	24.642	2.026	369	169.147
Depreciação Acumulada	-	(7.667)	(69.627)	(2.711)	(453)	(19.446)	(1.757)	-	(101.661)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(11.570)	(231)	(11)	(216)	(15)	-	(12.043)
Valor contábil líquido	8.922	4.644	35.127	1.120	26	4.981	254	369	55.443
Consolidado									
Taxas médias de depreciação conforme laudo		de 4% a 10%	de 4% a 20%	de 5% a 10%	20%	de 5% a 10%	de 10% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo	12.032	12.311	116.444	4.058	490	24.642	2.002	-	173.547
Depreciação Acumulada	-	(7.297)	(67.221)	(2.586)	(446)	(18.014)	(1.612)	-	(98.744)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(12.202)	(358)	(14)	(364)	(20)	-	(12.958)
Valor contábil líquido	12.032	5.014	37.021	1.114	30	6.264	370	-	61.845
Adições	-	-	444	5	-	-	24	369	842
Baixas	(3.110)	-	(564)	-	-	-	-	-	(3.674)
Depreciação	-	(370)	(2.602)	(126)	(8)	(1.431)	(145)	-	(4.682)
Baixas da Depreciação	-	-	197	-	-	-	-	-	197
Imparidade e Provisão Perda	-	-	631	127	3	148	5	-	915
Saldo Final	8.922	4.644	35.127	1.120	26	4.981	254	369	55.443
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	8.922	12.311	116.324	4.063	490	24.642	2.026	369	170.715
Depreciação Acumulada	-	(7.667)	(69.627)	(2.711)	(453)	(19.446)	(1.757)	-	(103.229)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(11.570)	(231)	(11)	(216)	(15)	-	(12.043)
Valor contábil líquido	8.922	4.644	35.127	1.120	26	4.981	254	369	55.443

A Wetzel possui ativos imobilizados adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos, e em contrapartida estão sendo apresentados nas respectivas rubricas do imobilizado, sendo:

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Máquinas e Equipamentos	2.180	(813)	1.367
	2.180	(813)	1.367

A Companhia procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a Deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico NBC TG 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a Deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ITG 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (“*deemed cost*”), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ITG 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Do total da depreciação do consolidado lançada no resultado até dezembro de 2017, no valor de R\$ 4.682, R\$ 4.384 estão no CPV e R\$ 298 nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 12 - REAValiação DE ATIVOS

Nos anos de 1991, 1994 e 2002 a controladora procedeu a reavaliação de alguns itens do imobilizado (máquinas e equipamentos e terrenos).

O montante total líquido dos tributos, em 31/12/2017 das reavaliações efetuadas é de R\$ 600 líquido das parcelas já realizadas por imparidade, por depreciação e/ou alienação que foram transferidas para a conta de Prejuízos Acumulados. O montante realizado líquido durante o ano foi de R\$ 42.

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter a Reserva de Reavaliação registrada no Patrimônio Líquido, sendo que a sua realização integral ocorrerá quando da alienação, depreciação ou baixa dos respectivos ativos.

NOTA 13 – INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado	
	Programas de Computador	Total		Programas de Computador	Total
Taxas anuais de amortização	20%		Taxas anuais de amortização	20%	
Em 31 de dezembro de 2016			Em 31 de dezembro de 2016		
Custo	4.524	4.524	Custo	4.524	4.524
Amortização Acumulada	(3.375)	(3.375)	Amortização Acumulada	(3.375)	(3.375)
Imparidade	(107)	(107)	Imparidade	(107)	(107)
Valor contábil líquido	1.042	1.042	Valor contábil líquido	1.042	1.042
Amortização	(444)	(444)	Amortização	(444)	(444)
Imparidade	27	27	Imparidade	27	27
Saldo Final	625	625	Saldo Final	625	625
Em 31 de dezembro de 2017			Em 31 de dezembro de 2017		
Custo	4.524	4.524	Custo	4.524	4.524
Amortização Acumulada	(3.819)	(3.819)	Amortização Acumulada	(3.819)	(3.819)
Imparidade	(80)	(80)	Imparidade	(80)	(80)
Valor contábil líquido	625	625	Valor contábil líquido	625	625

Do total da amortização do consolidado lançada no resultado de Dez/2017, no valor de R\$ 444, R\$ 40 estão no CPV e R\$ 404 nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS ("IMPAIRMENT")

Anualmente ou quando houver indicação de que ocorreu uma perda, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos tiveram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	26.317	24.693	26.440	24.813
Contas a Pagar a Fornecedores	26.317	24.693	26.440	24.813
Obrigações Sociais/Trabalhistas	20.615	32.367	20.615	32.367
Obrigações Tributárias e REFIS	10.107	21.245	10.835	21.769
Adiantamentos de Clientes	387	280	387	310
Outras Contas a Pagar	4.047	7.464	4.048	7.463
Parcela Circulante	61.473	86.049	62.325	86.722
Obrigações Tributárias	117.481	116.179	117.481	116.179
Obrigações Sociais/Trabalhistas	1.515	2.739	1.515	2.739
Outras Contas a Pagar	65.530	59.422	64.395	58.442
Parcela Não Circulante	184.526	178.340	183.391	177.360
Total a Pagar a Fornecedores	26.317	24.693	26.440	24.813
Total de Outras Contas a Pagar	219.682	239.696	219.276	239.269
Total Geral	245.999	264.389	245.716	264.082
Aging List Contas a Pagar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vencidos	18.699	21.234	18.810	21.343
A vencer 30 dias	7.339	2.436	7.351	2.447
A vencer de 31 a 60 dias	219	560	219	560
A vencer de 61 a 90 dias	19	98	19	98
A vencer acima de 91 dias	41	365	41	365
Contas a Pagar a Fornecedores	26.317	24.693	26.440	24.813
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reais - R\$	26.317	24.693	26.440	24.813
Contas a Pagar a Fornecedores	26.317	24.693	26.440	24.813

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante						
Modalidade	Taxa Média	Garantia				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até taxas pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	4.319	3.801	4.319	3.801
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,5% aa	Imóveis / Aval	3.548	3.548	3.548	3.548
Capital de Giro - Pré-Pagto	Libor + 3,30% aa	Aval	3.009	3.009	3.009	3.009
Capital de Giro	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497% am	Duplicatas	13.740	9.706	13.740	9.706
Leasing	1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária / Aval	-	171	-	171
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	17.960	14.934	17.960	14.934
Prodec II	Variação da UFIR + 1% aa	Aval	5.124	5.124	5.124	5.124
Financ. Direto com Fornec.	-	-	3.711	8.580	3.711	8.580
ACC	VC + 4,10% aa	-	2.146	2.146	2.146	2.146
Duplicatas Descontadas	1,98% am	Duplicatas	1.844	803	1.844	803
Conta Garantida	1,95% am	Aval / Duplicatas	-	1.041	-	1.041
Leasing	VC + 6,483% aa	Alienação Fiduciária	-	-	1.945	1.945
Total do Circulante			55.401	52.863	57.346	54.808
Não Circulante						
Modalidade	Taxa Média	Garantia				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	3.406	5.908	3.406	5.908
Capital de Giro	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497% am	Duplicatas	608	2.824	608	2.824
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	5.895	8.974	5.895	8.974
Financ. Direto com Fornec.	-	-	4.291	3.828	4.291	3.828
Total do Não Circulante			14.200	21.534	14.200	21.534
Total de Empréstimos e Financiamentos			69.601	74.397	71.546	76.342
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Por Data de Vencimento						
Em até 6 meses			55.040	46.721	56.985	48.666
De 6 meses a 1 ano			4.637	6.141	4.637	6.142
De 1 a 2 anos			4.920	8.791	4.920	8.790
De 3 a 5 anos			4.481	11.400	4.481	11.400
Acima de 5 anos			523	1.344	523	1.344
Total de Empréstimos e Financiamentos			69.601	74.397	71.546	76.342
			31/12/2017		31/12/2017	
Por Tipo de Moeda						
Reais - R\$			64.446	69.242	64.446	69.242
Dólar Norte-Americano - US\$			5.155	5.155	5.155	5.155
Euro - EUR			-	-	1.945	1.945
Total de Empréstimos e Financiamentos			69.601	74.397	71.546	76.342
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxas Pré-Fixadas			30.259	34.631	30.259	34.631
Taxas-Pós Fixadas			39.342	39.766	41.287	41.711
Total de Empréstimos e Financiamentos			69.601	74.397	71.546	76.342

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial		74.397	76.151	76.342	78.719
Captação de Empréstimos e Financiamentos		12.352	6.321	12.352	6.321
Transferências Partes Relacionadas		-	1.925	-	1.925
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(16.983)	(10.194)	(16.983)	(10.726)	
Transferências Partes Relacionadas		-	(94)	-	(94)
Juros sobre Empréstimos Pagos	(396)	(629)	(396)	(629)	
Juros sobre Empréstimos	231	917	231	826	
Saldo Final		69.601	74.397	71.546	76.342

A companhia possui empréstimos com taxa de juros subsidiadas pelo PRODEC. A diferença entre os encargos cobrados e os encargos que seriam devidos considerando as taxas de juros de mercado atingiu R\$72 no 4º Trimestre de 2017.

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				
IRPJ - Estimativa	-	-	-	5
CSLL - Estimativa	-	-	-	3
IRPJ à compensar	-	2	148	143
CSLL à compensar	-	-	65	52
Total Ativo Circulante	-	2	213	204
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	11.561	14.414	11.561	14.414
CSLL - Crédito Tributário Diferido	4.001	5.024	4.001	5.024
Total Ativo Não Circulante	15.563	19.438	15.563	19.438
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo				
IRPJ sobre diferenças temporárias	24.906	24.178	24.906	24.178
CSLL sobre diferenças temporárias	8.966	8.593	8.966	8.593
Total Passivo Não Circulante	33.871	32.771	33.871	32.771

17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2016	19.438	19.438	8.126	13.646	10.999	32.771
Constituição dos Tributos	17.874	17.874	1.483	287	-	1.770
Baixa dos Tributos	(21.749)	(21.749)	(630)	-	(40)	(670)
Em 31 de dezembro 2017	15.563	15.563	8.979	13.933	10.959	33.871
Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2016	19.438	19.438	8.126	13.646	10.999	32.771
Constituição dos Tributos	17.874	17.874	1.483	287	-	1.770
Baixa dos Tributos	(21.749)	(21.749)	(630)	-	(40)	(670)
Em 31 de dezembro 2017	15.563	15.563	8.979	13.933	10.959	33.871

17.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão IRPJ	-	-	4	(5)
Provisão CSLL	-	-	3	(3)
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	(148.004)	(159.556)	(148.004)	(159.647)
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	(53.279)	(57.401)	(53.279)	(57.434)
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	164.285	154.156	164.285	154.291
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	59.143	55.471	59.143	55.520
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	22.145	(7.330)	22.152	(7.278)

NOTA 18 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base em informações dos assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, a Companhia mantém provisionadas contingências de natureza trabalhista e tributária, cuja estimativa de perda é considerada provável.

	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.303	34.102	35.405
Depósitos Judiciais Relacionados	636	-	636
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2016	667	34.102	34.769
Constituição de provisões	1.090	1.322	2.412
Provisões utilizadas	(1.093)	-	(1.093)
Em 31 de dezembro de 2017	1.300	35.424	36.724
Depósitos Judiciais Relacionados	630	-	630
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2017	670	35.424	36.094

As contingências tributárias estão relacionadas principalmente as discussões judiciais relativas aos impostos federais (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

Contingências Tributárias	31/12/2017	31/12/2016
Processos RFB	1.253	1.203
Processos PGFN	34.171	32.899
Total	35.424	34.102

O valor provisionado referente Processos PGFN, trata-se da discussão a título de IRPJ e CSLL (Processo nº 0000254-03.2010.404.7201) que já teve sentença publicada em 2013 com efeito suspensivo diferido por meio da oposição dos Embargos à Execução nº 5001542-61.2011.404.7201, havendo assim uma redução de 39,20% sobre o montante originalmente exigido. Portanto, continua sendo provisionado o saldo remanescente que se mantém em discussão.

O Processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região para apreciação dos Recursos de Apelação, tanto pela Companhia quanto pela União. O feito está garantido por meio de penhora de bens móveis e imóveis.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 1.350, cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos e, portanto, não exigem constituição de provisão.

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

19.1 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionadas	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
	Contas a Receber de Clientes		Outras Contas a Receber		Contas a Receber de Clientes		Outras Contas a Receber	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	-	-	2.213	2.229	-	-	-	-
CWS Participações S.A	-	-	1.621	1.621	-	-	1.621	1.621
	-	-	3.834	3.850	-	-	1.621	1.621
	Passivo		Passivo		Passivo		Passivo	
	Fornecedores		Outras Contas a Pagar		Fornecedores		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	-	(29)	-	-	-	-	-	-
Alutec Ind. de Fundação EIRELI	-	340	-	-	-	340	-	-
CWS Participações S.A	-	-	6.370	6.370	-	-	7.141	7.126
Cachoeira Arrendamentos e Armazens Gerais Ltda	-	-	6.711	1.655	-	-	6.711	1.655
Dietzel GMBH	-	-	-	-	-	-	188	188
	311		13.081	8.025	340		14.041	8.969
Operações da Controlada para a Controladora								
	Receita de Vendas		Custos das Vendas					
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016				
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda. (a)	-	66	-	(51)				
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda. (b)	-	922	-	(909)				
	-	988	-	(960)				

(a) Referente venda de produto fabricação própria

(b) Referente venda de imobilizado

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses valores foram eliminados conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

Não houve transações com a empresa Foundry Engineers no período.

19.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no NBC TG 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração Diretoria	1.131	1.033	1.131	1.037
Remuneração Conselho Administração	121	113	121	113
Remuneração Conselho Fiscal	-	52	-	52
Total	1.252	1.198	1.252	1.202

NOTA 20 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS

Atendendo à Instrução CVM nº 346 de 29/09/2000, a Wetzel informa que em 28/03/2000 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
IPi	11.458	2.281	10.563	24.302
IRRF	47	9	70	126
COFINS	4.318	1.010	3.958	9.286
PIS	931	182	664	1.777
INSS	17.878	3.758	11.710	33.346
TOTAL	34.632	7.240	26.965	68.837
(-) Compensação prejuízos fiscais e base negativa CSLL				(12.380)
VALOR DO REFIS				56.457

O saldo em 31.12.2017 apresenta-se da seguinte forma:

Valor original	56.457
Encargos calculados pela TJLP	71.070
Pagamentos efetuados de 1,2% sobre o faturamento	(41.765)
Saldo em 31/12/2017	85.762

Durante o ano de 2017, foi reconhecido R\$ 2.115 como atualização do referido programa.

Por estarem configuradas as hipóteses de exclusão previstas no art.5º, inciso II da Lei nº 9.964/00, foi publicada a Portaria nº 43/17 no Diário Oficial da União declarando que a Wetzel foi excluída do Refis a partir de 01/10/17.

NOTA 21 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, no valor de R\$ 47.147 é formado de 2.058 mil ações, sendo 686 mil ações ordinárias e 1.372 mil ações preferenciais.

As ações preferenciais têm como vantagem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

NOTA 22 – RECEITAS DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vendas Mercado Interno	138.747	140.453	138.747	140.393
Vendas Zona Franca de Manaus	508	448	508	448
Revenda no Mercado Interno	14.345	16.180	14.345	16.180
Vendas Mercado Externo	5.625	4.134	5.625	4.134
Outras Vendas	4.796	4.754	4.796	4.814
(-) Devoluções e Abatimentos	(2.985)	(4.667)	(2.985)	(4.667)
(-) Impostos sobre as Vendas	(39.463)	(39.631)	(39.463)	(39.631)
Receita de Vendas	121.573	121.671	121.573	121.671

NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Financeiras				
Juros sobre Capital de Giro	(255)	(560)	(255)	(560)
Juros sobre Financiamentos	(5.409)	(3.207)	(5.409)	(3.207)
Variação Cambial	(98)	443	(98)	390
Outras Despesas	3.369	(12.308)	3.232	(12.474)
Total de Despesas	(2.393)	(15.632)	(2.530)	(15.851)
Receitas Financeiras				
Variação Cambial	7	89	7	231
Aplicações Financeiras	79	137	79	137
Outras Receitas	2.590	409	2.602	606
Total de Receitas	2.676	635	2.688	974
Resultado Acumulado	283	(14.997)	158	(14.877)

NOTA 24 - DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	35.420	34.757	35.420	34.757
Gastos Trabalhistas/Previdenciários	6.371	6.768	6.371	6.768
Total	41.791	41.525	41.791	41.525
Número de Empregados	915	866	915	866

NOTA 25 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação

Numerador

Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	4.266	(14.015)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	2.133	(7.008)
Total	6.399	(21.023)

Denominador (em milhares de ações)

Quantidade de ações preferenciais emitidas	1.372	1.372
Quantidade de ações ordinárias emitidas	686	686
Total	2.058	2.058

Resultado básico e diluído por ação (em reais mil)

Ação preferencial	3,1093	(10,2153)
Ação ordinária	3,1093	(10,2153)

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo NBC TG 41/IAS 33, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações de acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 10/09/15.

NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

A controladora e controlada mantém a política de cobrir com seguros seus principais ativos imobilizados e estoques, considerando a sua natureza e o grau de risco relacionado (informação não auditada). Os seguros contratados cobrem os riscos relacionados a incêndio, vendaval, raios/explosão, danos elétricos, extravasamento de materiais em fusão, roubo qualificado, alagamento/inundação com o limite máximo de indenização em R\$ 46.500, com vigência de 14/04/17 à 14/04/18.

A Administração considera que o montante de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais, comerciais e administrativas.

NOTA 27 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de forma consolidada de acordo com o NBC TG 22 – Informações por Segmento. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2016	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	44.836	43.497	33.338	-	121.671
Depreciação e Amortização	-	-	-	(5.305)	(5.305)
Receitas Financeiras	-	-	-	974	974
Despesas Financeiras	-	-	-	(15.851)	(15.851)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	-	(7.278)	(7.278)
Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	(21.138)	(21.138)
Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	-	62.887	62.887
Ativo Total	-	-	-	195.649	195.649
O Ativo Inclui:					
Adições ao Imobilizado	-	-	-	996	996
Passivo Total	-	-	-	195.649	195.649
Em 31 de dezembro de 2017	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	44.220	44.918	32.435	-	121.573
Depreciação e Amortização	-	-	-	(5.126)	(5.126)
Receitas Financeiras	-	-	-	2.688	2.688
Despesas Financeiras	-	-	-	(2.530)	(2.530)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	-	22.152	22.152
Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	6.399	6.399
Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	-	56.068	56.068
Ativo Total	-	-	-	179.515	179.515
O Ativo Inclui:					
Adições ao Imobilizado	-	-	-	842	842
Passivo Total	-	-	-	179.515	179.515

NOTA 28 - CRÉDITOS ELETROBRÁS

Com base em decisão transitada em julgado favorável do STF sobre o Agravo de Instrumento 560505 referente ao Processo 990102179-0, a Companhia teve reconhecido a seu favor o direito a restituição de valores referentes a crédito de correção monetária e juros sobre empréstimo compulsório da Eletrobrás.

Conforme despacho de execução de sentença emitido em 01/07/15, o valor a receber foi ajustado conforme quadro abaixo:

Saldo provisionado em 31/12/2010	2.930
Crédito passível de recebimento (Julho/15)	19.514
Parcela recebida antecipadamente em Julho/15	(9.757)
Saldo Recebimento equivalente a 50% do total do Processo	9.757

O valor remanescente dos créditos da Eletrobrás foi depositado em conta da Justiça Estadual/SC em 02/12/16 e colocado à disposição do Sr. Excelentíssimo Juiz responsável pela recuperação judicial, o qual já autorizou o saque prévio de R\$ 3.000 para destinação de pagamento de verbas trabalhistas de 13º salários, férias coletivas e manutenção preventiva de parada de final de ano de 2016. No 3º trimestre de 2017 foi autorizado o saque prévio de R\$ 4.939 para destinação de pagamentos de credores trabalhistas da Recuperação Judicial e no 4º trimestre de 2017 foi autorizado o saque prévio de R\$ 3.759 a fim de viabilizar pagamentos de saldos de créditos trabalhistas (Classe I) e dos créditos Classes CIIIA e CIVA. Na conta teve atualizações no valor de R\$ 2.303 referente correção monetária.

NOTA 29 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a reclamações trabalhistas e discussões que a Companhia mantém sobre questões tributárias e previdenciárias, acompanhados de processos judiciais regulares.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	630	636	630	636
Depósitos Judiciais - Outros	1.606	1.805	1.606	1.805
Previdenciário-FAP	1.910	1.805	1.910	1.805
Total	4.146	4.246	4.146	4.246

NOTA 30 - DESONERAÇÃO FOLHA

A Companhia se enquadra na Lei 12.546/11 em seu art.8º, alterada pela Lei 13.161/15 onde contribuirá a alíquota de 2,5% em substituição as contribuições previstas nos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/91. Em contrapartida reduz-se o valor da contribuição dos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/91 ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de fabricação dos produtos inclusos no art.8ºA da Lei 13.161 e a receita bruta total.

A opção pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a Receita Bruta relativa à competência dezembro de 2016 previsto no art. 1º § 6º da IN 1597 de 01/12/15.

NOTA 31 - ATIVOS DESTINADOS A VENDA

Com o fim das atividades da controlada Wetzel Univolt Indústria Plásticos Ltda., desde novembro de 2015, o ativo imobilizado foi reclassificado para o ativo destinado à venda, no ativo circulante. Os ativos estão avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil líquido e o valor de venda, líquido dos custos de comercialização.

Ativos Destinados a Venda	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Máquinas e Equipamentos	2.130	3.316
(-) Baixa por venda	(100)	(1.186)
Móveis e Utensílios	38	49
(+) Transferência do Imobilizado	-	12
(-) Baixa por venda	-	(23)
Total	2.068	2.168

Parte desses ativos foram adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos.

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Máquinas e Equipamentos	2.721	(898)	1.823
	2.721	(898)	1.823

NOTA 32 - INSTRUMENTO DE GARANTIA DE FORNECIMENTO

O fornecimento de Energia Elétrica pela Engie Brasil, nova denominação de Tractebel Energia, para a Unidade de Negócios Wetzel Ferro, no montante de R\$ 1.343 vinha sendo garantido por recebíveis da Companhia. Em março de 2016, a garantia foi substituída por um CDB no montante de R\$ 1.236, onde a Engie figura como beneficiária em caso de inadimplência de pagamentos pela Wetzel. Em janeiro de 2017, esse CDB teve um resgate parcial em favor da Wetzel devido à renegociação do contrato e redução do volume de energia elétrica contratado, passando seu saldo atualizado no 4º trimestre de 2017 para R\$ 868.

NOTA 33 - PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT

A Wetzel informa que aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT de acordo com a Lei 13.496/17.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado nos quadros abaixo:

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 RFB - Demais Débitos	7.866	1.573	930	10.369
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 RFB - Previdenciários	7.488	1.498	1.387	10.372
(-) Entrada de 5%	768	154	116	1.037
(-) Redução 70% da Multa e 90% dos Juros (Efeitos s/Despesas Financeiras)	-	(2.042)	(1.980)	(4.023)
(-) Compensação com Prejuízos Fiscais e Base Negativa CSLL (Efeitos s/ IRPJ/CSLL)	(14.586)	(875)	(220)	(15.682)
VALOR DO PERT RFB				1.037

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	ENCARGOS	TOTAL
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 PGFN - Demais Débitos	8.755	1.751	1.962	2.494	14.962
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 PGFN - Previdenciários	2.369	474	525	674	4.042
(-) Entrada de 5%	556	111	124	158	950
(-) Redução de 70% da Multa, 90% dos Juros e 100% dos Encargos Legais (Efeitos s/Despesas Financeiras)	-	(1.479)	(2.127)	(3.009)	(6.615)
(-) Compensação com Prejuízos Fiscais e Base Negativa CSLL(Efeitos s/ IRPJ/CSLL)	(10.568)	(634)	(236)	-	(11.438)
VALOR DO PERT PGFN					950

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
Sesi/Senai/Adicional Senai vencidos até 30/04/17	562	115	150	828
(-) Entrada de 5%	28	6	8	41
(-) Redução de 50% da Multa e 80% dos Juros (Efeitos s/Despesas Financeiras)	-	(55)	(114)	(169)
(-) Saldo a recolher (pagamento em até 145 parcelas)	534	55	29	617
VALOR DO PERT (Sesi/Senai/Adicional Senai)				658

O saldo do PERT em 31.12.2017 apresenta-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	VALOR ORIGINAL	ATUALIZAÇÃO SELIC	PARCELAS PAGAS	SALDO EM 31/12/2017
PERT RFB	1.037	10	(1.047)	-
PERT PGFN	950	9	(959)	-
PERT SESI/SENAI	658	18	(46)	630
TOTAL	2.645	37	(2.054)	630

Desde a adesão ao PERT, a companhia obriga-se ao pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações previstas no art. 1º, § 4º da Lei 13.496/17, cujos atos são avaliados na forma da legislação vigente, sob pena de aplicação das sanções dispostas no art. 9º da Lei 13.496/17.

NOTA 34 - EVENTO SUBSEQUENTE

Recuperação Judicial

A Wetzel ajuizou ação de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, e o processo foi distribuído à 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, recebendo o nº 0301750-45.2016.8.24.0038.

Segue abaixo demonstrativo com o decorrer do processo:

Data	Descrição do Evento
03/02/2016	Ajuizada ação de recuperação judicial.
11/02/2016	Deferido o pedido pelo juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei 11.101/05).
02/03/2016	Publicado o edital a que alude o art. 52, §1º, da Lei 11.101/05, no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) e no jornal A Notícia.
15/06/2016	Apresentado o Plano de Recuperação Judicial e também publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe).
18/10/2016	Não foi instalada a AGC – Assembléia Geral de Credores por insuficiência de quórum qualificado.
22/11/2016	Instalada a AGC com quórum simples, mas teve pedido de suspensão pelo Credor Banco do Brasil.
23/02/2017	Suspensa a AGC a pedido de credores.
25/04/2017	Suspensa a AGC a pedido de credores.
13/06/2017	Continuação da Assembleia Geral de Credores, realizou-se a votação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo na forma da lei, os ausentes tiveram os votos computados com abstenção e por consequência foram retirados da base de cálculo da votação e os presentes tiveram seus votos registrados por meio eletrônico. Na votação obteve-se aprovação do plano por 100% da classe trabalhista, 100% da classe de credores de garantia real, 59,52% dos credores quirografários e 91,66% da classe de microempresas ou empresas de pequeno porte. Sendo assim, sem oposição dos presentes foi proclamado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo, na forma do art. 42 da Lei 11.101/2005.
28/07/2017	Publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 2635, págs. 943 - 946 o Plano de Recuperação Judicial Modificativo, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (SC).

A decisão homologatória apresentou ressalvas quanto a pontos específicos constantes no Plano de Recuperação Judicial e foi objeto de agravos de instrumento interpostos pela Wetzel e por dois credores quirografários (Banco do Brasil e Banco Santander), todos pendentes de decisão judicial em segunda instância.

Independente dos recursos, o Plano de Recuperação Judicial, naquilo que não foi afetado pelas pendências citadas, está sendo cumprido e, especificamente, já estão sendo pagos, antecipadamente, os créditos habilitados na Classe I (trabalhistas), Classe IIIA (quirografários até R\$ 5.000,00) e Classe IVA (microempresas e empresas de pequeno porte até R\$ 5.000,00).

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial Modificativo, em paralelo está sendo constituída provisão de correção monetária para os créditos com garantia real (Classe II) e créditos quirografários de credores por aluguéis de imóveis operacionais (Subclasse IIIC). Em 2017, o montante da provisão dessas correções monetárias corresponde a R\$ 271. Com relação às demais classes, a correção monetária ocorrerá a partir do trânsito em julgado da decisão de concessão da recuperação judicial.

Sendo assim, apenas os efeitos mencionados anteriormente impactaram nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em razão do processo de recuperação judicial.

As informações relativas ao processamento do pedido de recuperação judicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas, na forma da legislação vigente.